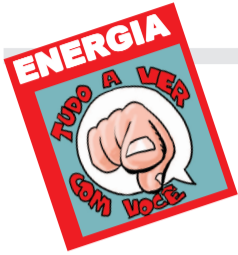


**Serviço essencial,
Sindicato indispensável**

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP

www.sinergiaspcut.org.br

Stieec- filiado em 1988
Gasistas- filiado em 1989
Sindprudente - filiado em 2005
Sindlitoral - filiado em 2006
Sindbauru - filiado em 2009
Sindluz Araraquara
SindMococa
Sinergia CUT - filiado em 12/12/99



Cesp

Governo tucano causa instabilidade aos trabalhadores

Após a recusa por parte do governo do Estado de São Paulo em prorrogar o contrato de concessão, muitas indefinições pairam sobre o Setor. A Usina de Três Irmãos, que já tinha contrato vencido é a primeira a sofrer os impactos da lei 12.783/2013

As notícias no Setor Elétrico tem corrido com grande velocidade desde o anúncio das MPs no ano passado. A mais recente foi divulgada na sexta passada (18) sobre a decisão do governo federal de retomar os leilões de energia para aumentar a geração no país. Em meio a uma reportagem, consta também a informação de que o Executivo decidiu relicitar a usina Três Irmãos, que está sob comando da Cesp. Três Irmãos está com o contrato vencido desde 2011 e a expectativa do governo federal e também do Sinergia CUT era de que seu contrato fosse prorrogado, assim como das usinas de Jupia e Ilha Solteira que vencem em 2015.

No entanto, os governos tucanos do estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná decidiram não renovar essas concessões - uma decisão política, onerosa para o conjunto da sociedade e que tem causado apreensão aos trabalhadores eletricitários.

Em São Paulo, a situação da usina Três Irmãos e o futuro de seus trabalhadores levou o Sinergia CUT a encaminhar carta à Aneel e marcar reunião com o presidente da Cesp, Mauro Arce. O que está em jogo é o emprego não apenas dos 19 companheiros que hoje trabalham da usina, mas de mais de 500 trabalhadores, uma vez que o que ocorrer em Três Irmãos abrirá precedentes para as Usinas de Jupia e Ilha Solteira em 2015. Por isso, é fundamental a mobilização de todos os trabalhadores e o respaldo às ações do Sinergia CUT.

Argumentos furados

Chegou ao conhecimento do Sinergia CUT que o presidente da Cesp, Mauro Arce, tem dito aos trabalhadores que não será possível realizar investimentos nos próximos anos e que os trabalhadores de Três Irmãos serão transferidos para Ilha Solteira e Jupia.

O Sinergia CUT repudia esta situação a qual o governo do Estado de São Paulo submete os trabalhadores eletricitários. "Ao escolher não renovar a concessão dessas usinas, o governo tucano optou pelo lucro imediato de seus acionistas nesses dois anos que restam para o vencimento dos contratos. Novamente fez uma escolha pelo interesse do mercado em detrimento ao interesse do conjunto da sociedade que se beneficiaria com a redução da tarifa e dos trabalhadores, que teriam a tranquilidade

para trabalhar numa empresa com 30 anos de concessão", critica a direção do Sinergia CUT. Pior: No caso da usina Três Irmãos o governo tucano vem se apropriando da venda dessa energia, cuja tarifa já deveria ter sido reduzida por conta da amortização decorrente do fim da concessão que venceu em 2011. Ou seja, o lucro dessa tarifa elevada está sendo revertido em dividendos para os acionistas e não em tarifa mais barata para a sociedade.

Com o fim da concessão de Três Irmãos, o governo de SP ainda irá receber R\$ 1,73 bilhão de indenização por bens ainda não totalmente amortizados. Um bom reforço de caixa para a Cesp.

MP 579 convertida na Lei 12.783/2013

Em meados de janeiro a presidente Dilma sancionou a Lei 12.783, onde define as novas regras para aqueles que aceitaram renovar antecipadamente as concessões.

"As concessionárias cujas concessões não foram renovadas, continuarão cobrando os valores atuais de suas energias até o vencimento dos contratos em 2015 e não apenas os referentes à operação e manutenção, como estabelecido nas novas regras. Portanto, para elas, não procede o argumento de redução de receita para justificar qualquer reestruturação", analisa o Sinergia CUT.

A mobilização dos trabalhadores é necessária para combater a supressão de direitos conquistados, especialmente na Campanha Salarial 2013", afirma a direção do Sinergia CUT.

Emprego em jogo!

Não existe usina sem trabalhador. Um cenário caótico configura-se a partir do momento em que o governo paulista abre mão das usinas da Cesp. Segundo informações que circularam na imprensa e sites especializados, apenas os ativos serão objeto das licitações. Isso significa que os trabalhadores dessas usinas não passariam obrigatoriamente a integrar o quadro de Recursos Humanos da empresa que adquiri-las.

No caso dos trabalhadores da usina Três Irmãos, Mauro Arce informou ao Sinergia CUT que os 19 companheiros seriam transferidos para Ilha Solteira e



Jupia. Mas e em 2015? Como ficarão os mais de 500 trabalhadores que hoje compõem o quadro dessas usinas? Porto Primavera, cujo contrato vence somente em 2028, não tem condições de absorver todos esses trabalhadores.

Diante deste caos, o Sinergia CUT destaca que a luta será para fazer valer a garantia de emprego aos trabalhadores impactados pela lei recém sancionada.

Para a direção do Sindicato, o Acordo Coletivo de Trabalho é o instrumento de proteção dos trabalhadores e este não pode ser simplesmente rasgado neste processo de licitação que ocorrerá na Cesp. A cláusula 2ª parágrafo único, o ACT diz: "Nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT, fica expressamente estabelecido que na hipótese de ocorrência de fusão, cisão ou qualquer mudança na estrutura jurídica da Cesp prevalecerão para os empregados as garantias, vantagens, direitos e benefícios estabelecidos no presente Acordo Coletivo de Trabalho." E é para fazer valer esta cláusula que o Sinergia CUT está lutando. A lei que garantiu a redução das tarifas deixou lacunas, especialmente nas questões trabalhistas. O Sinergia CUT defende que a empresa que adquirir as usinas da Cesp não poderá efetuar recontração de trabalhadores em nível inferior (reduzindo salários, benefícios e direitos). Defende também, que nos editais de licitação a empresa vencedora absorva imediatamente a mão de obra já locada na usina licitada.

Também contemple condições visando impedir a terceirização indiscriminada, um ponto crítico que o Sindicato combate desde sempre, inclusive durante toda a tramitação da MP 579.

Na luta pela defesa das condições de saúde, segurança do Sinergia CUT conseguiu aprovar no Congresso Nacional a emenda 72, apresentada pelo deputado Vicentinho (PT-SP) que estabelecia como condições para a renovação a submissão aos padrões de saúde e segurança no trabalho e a definição pela Aneel, das atividades acessórias que poderão ser executadas por terceiros. Infelizmente, esta emenda, que traria proteção aos trabalhadores e aos direitos dos consumidores, foi vetada pela presidenta Dilma Rousseff (*leia mais na página 04*).

"O governo Dilma renovou todas as concessões federais, ou seja, manteve-as estatais. Já os governos tucanos optaram por abandonar e sangrar ao máximo suas usinas expurgando o que podem os lucros imediatos que as mesmas irão lhe proporcionar, ignorando os benefícios que lei 12.783/2013 trouxe à população e a economia do país ao reduzir em média 20% a tarifa. É necessário intervenção e pressão dos trabalhadores para que a regulamentação da lei e mesmo os editais de licitação impeçam a precarização, terceirização e rotatividade de mão de obra. Um dos objetivos do governo federal é oferecer maior competitividade à indústria nacional, gerando emprego e crescimento econômico, mas não é possível em nome do desenvolvimento gerar instabilidade no fornecimento de energia com demissões", critica o Sinergia CUT.

Não será tarefa fácil... a luta continua e depende de toda a categoria, não apenas dos trabalhadores da Cesp, mas do conjunto dos energéticos de São Paulo.

Destaques desta edição

CTEEP: ACT com pendências

Sindicato cobra solução de pendências do Acordo

Página 02

Mobilização no Rede Energia!

Sindicato repudia omissão da gestão transitória

Página 03

Veto Furado na lei 12.783/2013

Sinergia CUT analisa as razões do veto à emenda 72

Página 04

AGONTECEU**Dilma anuncia redução na conta de luz**

Em pronunciamento em rede nacional no rádio e na televisão, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a ampliação na redução das contas de luz e a antecipação do início do desconto de 5 de fevereiro para o dia 24 (quinta-feira).

A presidente disse que as contas residenciais ficarão 18% mais baratas - em vez dos 16,2% anunciados inicialmente - e, no caso de indústria, agricultura, comércio e serviços, a redução será de até 32% - em vez dos 28% previstos.

Caixa do tesouro vai bancar a redução

De acordo com comunicado emitido pela Aneel, o gasto anual do tesouro nacional para sustentar a redução da conta de luz será de R\$ 8,46 bilhões.

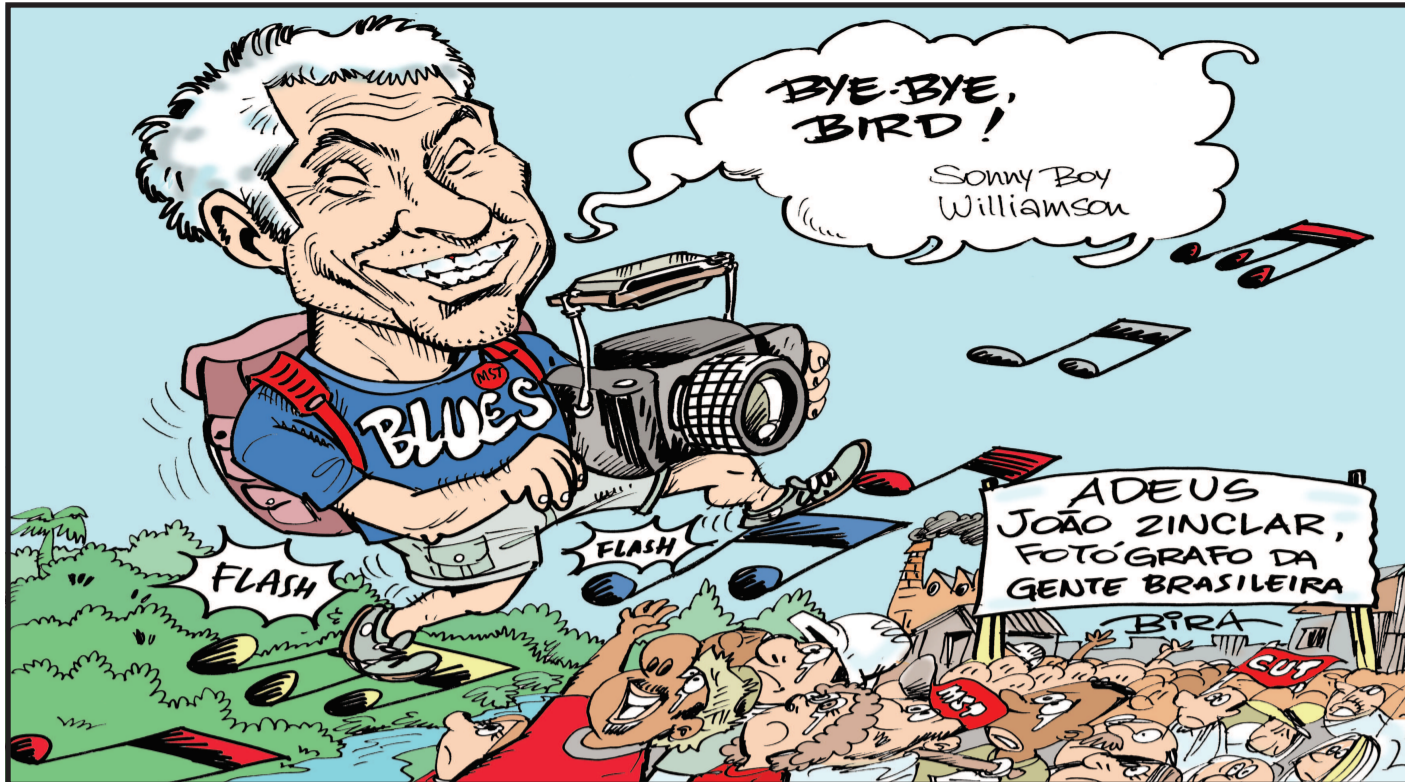
Não há risco de racionamento, diz presidenta

Em seu pronunciamento, a presidenta aproveitou para rebater de modo indireto as reportagens publicadas em jornais de grande circulação e que alardeavam o risco de racionamento. "O Brasil tem e terá energia mais que suficiente para o presente, para o futuro, sem nenhum risco de racionamento ou de qualquer tipo de estrangulamento no curto, médio ou no longo prazo", disse.

E para baratear as contas...

O Tesouro Nacional informou, no último dia 24, que o uso de recursos da usina de Itaipu e dos fundos do setor elétrico para baratear as tarifas de energia não afetarão o resultado fiscal do governo.

De acordo com os técnicos, as dívidas de Itaipu com a União, que totalizam R\$ 4,1 bilhões a cada ano, sempre entraram no caixa do Tesouro como receita financeira. Esses recursos agora passarão a ser transferidos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).



Na madrugada do último dia 19, faleceu o fotógrafo dos movimentos sociais e do Brasil de Fato, João Zinclar (56), vítima de um acidente entre o ônibus em que viajava e um caminhão que vinha no sentido contrário e atravessou a pista na BR-101, em Goytacazes (RJ). O corpo de Zinclar foi enterrado no dia 21 de janeiro no Cemitério dos Amarais, em Campinas (SP). O local foi tomado por bandeiras de partidos de esquerda, representantes de sindicatos, movimentos sociais, autoridades federais e municipais. Ao som de uma gaita - instrumento que João praticava - tocou a Internacional em sua homenagem. João Zinclar nasceu em Rio Grande (RS), mas morava há 27 anos em Campinas. Os movimentos sociais perdem um grande lutador, um militante sempre presente nas lutas por um mundo mais justo, igualitário, contra a opressão do Capital.

Justiça nega Recurso à Fazenda Pública do Estado em ação dos aposentados 4819

A 3ª câmara de julgamento do TRT da 15ª Região negou recurso à Fazenda Pública do Estado e manteve a decisão de primeira instância em um processo movido em 2007 pelo Sindicato afim de garantir a um grupo de aproximadamente 700 aposentados 4819 os adicionais da mesma forma como ocorreu para 333 aposentados da base do Sindicato em 2007.

Em 2004, o Sindicato dos Eletricários de Campinas (Stieec) impetrou primeira ação na Justiça para garantir o pagamento dos adicionais através da Fundação CESP e, no caso daqueles que continuaram recebendo pela Fazenda, que não tivessem nenhuma

subtração em seus benefícios. Apesar do êxito na primeira ação julgada em 2007, cerca de 700 aposentados ficaram de fora e, por isso, o Sindicato entrou com a segunda ação.

O despacho referente a esta ação foi publicado no último dia 10 no Diário Oficial do Estado de SP.

Coisa de tucano...

Vale destacar que os aposentados 4819 tem sido prejudicados pelo governador Geraldo Alckmin. No final do ano passado, chegou ao Sinergia CUT a informação de que a Secretaria da Fazenda estava retirando da folha de pagamento desses aposentados adicionais que foram objeto da ação judicial ingressada

pelo Sindicato.

"Não bastasse a precarização e demissões, o governo do Estado de São Paulo, ataca agora os aposentados 4819, principalmente os do Setor Energético. Um absurdo que esperamos ser reparado pela Justiça.", afirma a direção do Sinergia CUT.

O Sindicato fez contato com aposentados, juntando documentos para formular denúncia à Justiça.

Sobre a denúncia no processo que a empresa deixou de pagar os adicionais aos aposentados constantes na lista do processo do Sindicato base do Stieec, ainda não tivemos retorno se a Justiça já notificou a Fazenda do Estado.

Sinergia CUT e CTEEP discutem pendências do ACT

No último dia 15, representantes do Sinergia CUT e de outras entidades sindicais reuniram-se com a CTEEP para resolver pendências do ACT vigente.

Antes de iniciar a discussão sobre cada um dos pontos, o representante da empresa informou que a CTEEP decidiu aceitar a prorrogação do Contrato de Concessão. Em seguida, iniciou uma choradeira, solicitando 'o empenho de todos' para a negociação deste ano por conta de uma suposta redução de receita.

Para a direção do Sinergia CUT, a CTEEP quer imputar aos trabalhadores a redução de receita em função da lei 12783/2013, oriunda da medida Provisória 579. "A CTEEP esquece que ao aceitar a proposta de adesão à renovação da concessão, recebeu antecipadamente R\$ 3 bilhões, o que representa mais de duas vezes o valor pago pela empresa por ocasião da privatização", rebate a direção do

Sinergia CUT.

PLR – As metas da PLR 2012 foram atingidas e o pagamento da segunda parcela será realizado em março de 2013. Os sindicatos solicitaram que o pagamento fosse efetuado em 06/03/2012. Sobre a PLR 2013, mais uma vez, a empresa alegou que em função de uma 'redução' na receita, dificilmente neste ano a PLR será nos mesmos patamares da PLR 2012.

Também foi apresentada minuta de rescisão do contrato na modalidade "Acordo Bilateral", nos mesmos moldes praticados anteriormente, ou seja, o trabalhador fará jus, por ocasião da rescisão, do recebimento das verbas rescisórias e a liberação do FGTS acrescido da multa de 40%. Não receberá o equivalente ao aviso prévio e as partes, mutuamente, liberam a outra do cumprimento do aviso.

Referente ao Acordo Bilateral, a direção do Sindicato está analisando a pro-

posta e posteriormente realizará assembleias deliberativas com os trabalhadores, programadas para a semana do próximo dia 28. "Não permitiremos o descumprimento de nenhum tipo de legislação e só vamos encaminhar pela aprovação dos trabalhadores se a condição proposta for na lógica de ampliação de benefícios, garantido aqueles que por vários motivos queiram se desligar da empresa, além da condição da Cláusula 24ª (Política de Emprego) do Acordo Coletivo 2011-2013", afirma a direção do Sinergia CUT.

O Sindicato solicitou que, caso o Acordo seja aceito, deverá ser encaminhada uma via da solicitação do Acordo Bilateral assinada antecipadamente à entidade.

De olho nas horas extras!

Ainda no ano passado, a CTEEP foi condenada a cumprir a jornada de trabalho, não podendo exceder duas horas

diárias, conforme previsto em lei.

O Sindicato informou à Justiça que a empresa vem descumprindo a determinação judicial, requerendo a aplicação da multa no valor de R\$ 20.000 ao mês, conforme determinação em sentença.

O juiz da 5ª Vara do Trabalho Dr. Marcelo Chohfi acatou o requerimento, constatando que de fato a empresa não conseguiu comprovar o cumprimento da determinação judicial. Diante disso, determinou a aplicação da multa já prevista em sentença e R\$ 60.000 a partir do trânsito em julgado (12/03/2012). Determinou ainda intimação da empresa para pagamento em 48 horas. O valor total da multa aplicada será em favor do FAT-Fundo de amparo ao trabalhador.

Qualquer pressão para realizar horas extras além do que permite a legislação deve ser comunicada aos representantes sindicais.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299;

Bauru (14)3234-8445; **Ilha Solteira** (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676

Rio Claro (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R. Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245;

SindLitoral (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986; **SindLuz Araraquara** (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato

Redação e diagramação: Cecília Gomes (Mtb 42799), Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850) e Lilian Parise (MTb 13522)

Fotografia: Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 12 mil exemplares

EXPEDIENTE



Trabalho Decente, já!

Luto pelo Grupo Rede Energia

Palavras do interventor do Grupo Rede Energia não foram cumpridas e, como resposta, Sinergia CUT prepara mobilização pela Política de Emprego, PRR e outras pendências

Insustentável. Esta é a palavra que melhor define a situação vivida pelos trabalhadores do Grupo Rede Energia. Antes, os problemas todos eram causados pela gestão temerária, que acabou falindo o grupo. Agora, quem ignora as reivindicações dos trabalhadores é justamente o interventor nomeado pela Aneel, Sinval Gama.

A direção do Sinergia CUT participou de diversas reuniões com o interventor para negociar melhorias aos trabalhadores, já acordadas anteriormente durante as negociações do Acordo Coletivo vigente.

Um dos principais e urgentes assuntos tratados era a questão da Política de Emprego, que deveria ter sido discutida em 90 dias após a assinatura do ACT. De lá para cá, nada avançou. Ao contrário, os trabalhadores sentiram na pele a intensificação da precarização, reestruturação e a instabilidade por conta das Medidas Provisórias 577 e 579.

No dia 15 de janeiro, o Sindicato solicitou reunião para tratar da PRR, uma vez que o período de apuração das me-

tas terminou no dia 31 de dezembro. A reunião para tratar deste assunto foi marcada para o próximo dia 30.

O Sindicato irá solicitar expurgos, pois os indicadores não foram atingidos porque as condições de trabalho no Grupo Rede foram extremamente precarizadas nos últimos anos.

O Sinergia CUT destaca que sem investimentos, com demissões e reestruturações, torna-se impossível atingir os indicadores estipulados. "O Grupo Rede quebrou e quem está pagando a conta são os trabalhadores, com anuência da Aneel. Uma situação que os trabalhadores repudiam.", informa a direção do Sinergia CUT.

Luto e luta

O interventor não tem atendido as solicitações do Sinergia CUT, empurrando com a barriga problemas apontados desde



Roberto Claro

Principal reivindicação da categoria é empurrada com a barriga pelo Rede Energia

2009 pelo Sindicato. "A sensação é de que esta gestão transitória está tirando o corpo fora desde o final do ano passado, quando foi divulgada a compra do Grupo Rede pela CPFL Energia/Equatorial", observa a direção do Sinergia CUT.

Os trabalhadores não podem ser penalizados por neste processo de compra do Grupo Rede. Por isso além da mobilização, o Sinergia CUT apresentará denúncia aos órgãos competentes.

Sindicato realiza reunião com RH da CESP

No último dia 21, após muita insistência por parte do Sindicato, ocorreu a reunião com RH da Cesp para tratar de diversas pendências.

Solicitamos que para efeito de cálculo de valores de bolsa de estudos, fosse retirado o percentual pago pelo trabalhador a título de pensão alimentícia. A empresa informou que não concederá a reivindicação, pois poderia criar distorções ao programa e que a regra atual é abrangente e justa.

Em relação à PRR, a exemplo do que ocorreu no último ano, a empresa negociou metas com o Sindicato que foram solenemente ignoradas pelo CODEC, que encaminhou metas diferentes e, por isso, o Sinergia CUT não assinou-as.

Para 2013, o Sindicato cobrou as metas apuradas de janeiro a dezembro de 2012 para ter acesso antecipadamente às informações e, assim, poder negociar e mobilizar os trabalhadores por uma PRR melhor.

A exemplo do que ocorreu em outras empresas (AES Tietê, CPFL, etc.), o Sinergia CUT solicitou à empresa uma revisão na Quota de Rateio para sanar o seu encarecimento, decorrente do número reduzido de trabalhadores e também da elevada faixa etária dos companheiros. A Cesp ficou de apresentar na próxima reunião uma proposta.

Outro assunto tratado foi o Risco Iminente, pois os sindicatos que negociam com a Cesp haviam chegado a

uma proposta comum em duas reuniões realizadas em 2012. No entanto, as negociações foram interrompidas sem uma resposta para as entidades sindicais. O Sinergia CUT cobrou, mais uma vez, a resposta à esta questão.

Em relação à Periculosidade, a empresa reiterou sua posição em não negociar nenhum tipo de acordo para o passivo da Periculosidade. Informou que somente se manifestará após o término do trabalho do perito.



Leituristas protestam na Elektro por melhores condições de trabalho

Um grupo de Leituristas do Grupo B da Elektro procurou o Sinergia CUT no dia 10 de janeiro para denunciar uma série de irregularidades que estão ocorrendo em seus locais de trabalho, em Rio Claro. Eles informaram que ficariam de braços cruzados caso a empresa não melhorasse as condições de trabalho.

Ao receber a denúncia, dirigentes do Sindicato reuniram-se com leituristas no portão da empresa que informaram diversos problemas, entre eles a redução pela metade da equipe. Segundo os leituristas, o corte tem aumentado o estresse decorrente da permanente cobrança pelo aumento da produtividade. Os trabalhadores alegam que quando foram contratados a demanda combinada era de 400 leituras ao dia e hoje são cobrados a fazer no mínimo 600.

Além da pressão para aumentar a produtividade, denunciaram que a chefia tem exigido a realização de horas extras aos sábados, obrigando a compensação

por meio de 'banco de horas', determinando o dia conveniente para a empresa. O transporte também foi outro ponto criticado pelos trabalhadores, que aboliram as bicicletas para a leitura urbana, o que causava muito cansaço pela elevada demanda. Agora além de faltar veículo para transporte destes trabalhadores, ficam sem condições de retornar para o intervalo de repouso e alimentação conforme previsto na legislação.

No caso dos leituristas rurais, que utilizam moto para locomoção, os leituristas reivindicam maior atenção por parte da chefia, uma vez que quando ocorrem problemas mecânicos, os trabalhadores têm ficado sem apoio, sendo obrigados a resolver sozinhos o problema.

Após ouvir todas as denúncias e diante da ausência da chefia no local, o Sinergia CUT fez contato com a gerente de Recursos Humanos relatando os problemas. A empresa acionou o gerente responsável que, em uma reunião somen-

te com os trabalhadores, providenciou o transporte para os leituristas, ficando ainda outras pendências a serem resolvidas. O Sinergia CUT já havia relatado anteri-

ormente vários problemas com estes trabalhadores e, a empresa parece não querer resolvê-los. O Sindicato está tomando as devidas providências.

Juíza já ouviu testemunhas no processo das demissões realizadas pela Elektro

Em virtude da intransigência da Elektro de ter realizado demissões em setembro do ano passado – quando mais de cem trabalhadores foram colocados na rua – o Sindicato entrou com processo judicial contra a empresa para reverter esse cenário. E a primeira audiência aconteceu no dia 22 de dezembro, às 11h30, na 4ª Vara do Trabalho, em Campinas.

A 2ª audiência ocorreu no dia 10 de dezembro na 4ª vara do Trabalho, em Campinas. Na ocasião, a juíza do trabalho Gabriela Lenz de Lacerda ouviu duas testemunhas pelo Sindicato e duas pela empresa, e abriu um prazo de 10 dias a contar do dia 08 deste mês para que as partes se manifestassem no processo e em seguida o mesmo será pautado para julgamento.

Incoerência

Vale lembrar que a demissão em massa aconteceu logo após a Elektro ser eleita "A Melhor Empresa Para Você Trabalhar" pelo ranking de 2012 da revista Exame.

CURTAS

PRR Cesp 2008 e 2009...

Recentemente o Sinergia CUT tomou conhecimento de que o TRT da 15ª Região manteve a decisão de primeira instância no processo da PRR 2010, conforme previsto no ACT 2007/2009 de forma a garantir o valor sobre a folha cheia, conforme reivindicado pelo Sindicato.

O Sinergia CUT ressalta que ainda cabe recurso de agravo pela empresa, sobre essa decisão. No entanto, caso a ação seja transitada e julgada a favor do trabalhador (3ª instância), a empresa deverá efetuar o pagamento aos trabalhadores, após a publicação no Diário Oficial.

...e sobre a PRR do pessoal da hidrovía

No último dia 15, o Juiz da 5ª Vara do Trabalho de Campinas Dr. Marcelo Chaim Chohfi, julgou parcialmente procedente a ação ajuizada pelo Sindicato, condenando a Cesp a pagar aos trabalhadores lotados na hidrovía a PRR negociada no ACT de 2011. A sentença foi baseada no entendimento de que a decisão de deslocar os trabalhadores para as Hidrovias foi unilateral e que, tal postura da empresa ofende o "princípio da isonomia" e da "não discriminação remuneratória."

Representantes Sindicais são eleitos

No dia 14 de janeiro, os trabalhadores da Biolins, CPFL Energia e AES Tietê elegeram seus representantes sindicais que passarão a tocar a luta diária nos locais de trabalho, defendendo os interesses da categoria. Confira quem são os representantes eleitos em cada uma das empresas:

Biolins Energia - Carlos Roberto Cardoso (Lins)

AES Tietê – Mario Edinael Ferreira (Ibitinga) e Daniel Marques dos Santos (Bauru)

CPFL Energia – Wualner Marques Rosa (Botucatu)

O Sinergia CUT saúda os companheiros eleitos que iniciam o ano já com importantes desafios. À luta!

O que é isso, companheira?

VETO FURADO!

Sindicato contesta argumentos dados pelo Ministério das Minas e Energia para vetar a única emenda que protegia os trabalhadores e consumidores. Confira a análise do Sinergia CUT sobre as justificativas do veto



do a Aneel, entende-se como atividades acessórias aquelas não estipuladas pelo contrato de concessão, mas que podem ser ofertadas pelas distribuidoras.

Só para ter uma ideia, a Aneel já regulou como atividade acessória serviços de terceiros como TV por assinatura, seguros, crediários, recolhimento de tributos, etc. Ou seja, um leque de penduricalhos que as concessionárias estarão autorizadas pela Aneel a incluir na conta de energia, ou a oferecer para seus consu-

midores sem, contudo, da necessidade de suas tarifas serem reguladas pela Aneel. Isso sim é que é regular assuntos que não são inerentes as atribuições da Aneel.

O Sinergia CUT participou dessa Audiência e protocolou sua contribuição, onde faz sérias críticas a esta regulação. "Há anos solicitamos à Aneel que regule as atividades inerentes, essenciais, intrínsecas do serviço de energia elétrica no Brasil, pois cada vez mais as concessionárias vêm cometendo verdadeiros descabros na prestação dos serviços públicos de energia, serviços estes, sim, estipulados pelo contrato de concessão", critica a direção do Sinergia CUT. Portanto, o argumento de que tal emenda pretende atribuir à Aneel competência estranha à sua finalidade institucional, cai por terra.

Outro argumento nefasto utilizado para o veto diz respeito aos "assuntos já equacionados na legislação trabalhista e no marco das concessões de serviço público." Ora, a terceirização, por exemplo, está longe de ser um assunto equacionado pela legislação trabalhista vide os inúmeros projetos em tramitação no Congresso versando sobre o assunto e as ações que tramitam no STF questionando o artigo 25 da Lei 8987/1995, a lei das concessões. As mortes e acidentes ainda continuam sendo assunto das páginas de jornais, problema para os cofres públicos e para os contribuintes, que arcam com os altos custos dos sistemas de saúde e previdenciários demandados por uma legião de trabalhadores mutilados, quando não mortos.

O fato de existir Norma Regulamentadora para o setor elétrico, não isenta a Aneel e Ministério de Minas e Energia de regerem o assunto e, menos ainda, de deixarem de punir aqueles que não a cumpre.

É preciso ter claro que quem fundamenta as decisões da presidenta em relação ao Setor Energético são pareceres do MME que, por questões políticas, estão totalmente distantes da visão dos trabalhadores - o que precisa ser mudado com urgência.

Posição do Sinergia CUT

O ponto central da MP é a redução do custo da energia, o que o Sinergia CUT sempre defendeu. Ou seja, a apropriação pela sociedade da renda hidráu-

lica decorrente da amortização dos ativos das usinas, cujas concessões vencem a partir de 2015 e que foram construídas, em sua grande maioria, pelo Estado e pagas com o dinheiro do povo brasileiro; a importância da prestação de um serviço público de energia de qualidade e acima de tudo com segurança; a garantia que esta energia velha, amortizada, seja ofertada exclusivamente para o mercado regulado e a importância desse setor estratégico ficar sob o controle do Estado.

Atualmente, a sociedade já se depa-rou com frequentes interrupções de energia que ocasionam grande impacto na vida do povo brasileiro. O Sinergia CUT questiona: como ficará esse sistema

com a retomada do crescimento industrial se o setor não tiver garantido um corpo técnico qualificado e competente para operá-lo?

"Entendemos que o governo já fez a sua parte reduzindo encargos setoriais e repassando os ganhos com a amortização dos ativos para a tarifa. Agora é necessário que os governos estaduais façam a sua, reduzindo ICMS. E que as empresas reduzam a distribuição de dividendos a seus acionistas, reinvestindo parte desses lucros na ampliação do setor, preservando e ampliando postos de trabalho, qualificando cada vez mais sua mão de obra e investindo na saúde e segurança de seus trabalhadores.", reafirma a direção do Sinergia CUT.

O que o Sinergia CUT defende:

- ✓ Apropriação da renda hidráulica pela modicidade tarifária
- ✓ Energia velha para o mercado regulado/cativo
- ✓ Redução de encargos setoriais
- ✓ Redução do ICMS
- ✓ Empresas estatais continuem sob o controle do estado
- ✓ Redução na distribuição de dividendos, revertendo parte dos lucros para novos investimentos e ampliação do sistema, qualificação do trabalhador, saúde e segurança no trabalho e melhoria dos benefícios
- ✓ Preservação e ampliação de postos de trabalho
- ✓ Trabalho decente
- ✓ O fim da terceirização de atividades fins, da precarização e da rotatividade de mão de obra
- ✓ Por uma energia segura e de qualidade
- ✓ Investimento na vida. Fim das mortes por acidente de trabalho

ULTIMAS DA CUT

Ampliação da isenção de IR para PLR precisa ser o início da resposta do governo às pautas trabalhistas

O ano de 2013 começou com uma boa notícia para os trabalhadores e trabalhadoras que recebem a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). No dia 1º de janeiro entrou em vigor medida do governo que isenta de Imposto de Renda (IR) a PLR de trabalhadores e trabalhadoras que recebem até 6 mil reais do direito e apresenta uma escala de alíquotas para valores superiores.

A nova medida foi anunciada no dia 24 de dezembro pela ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann, a pedido da presidenta Dilma Rousseff, e publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês – Medida Provisória nº 597.

"Eu vejo isso como a abertura de uma porta, porque, até então, havíamos feito várias conversas com ministros, mas pouca coisa prática. Corretamente, a presidenta Dilma Rousseff atendeu a uma reivindicação que é parte da pauta que tiramos na assembleia da classe trabalhadora, no Pacaembu, em 2010. A partir da pressão popular, o governo demonstrou sensibilidade e aprovou uma medida que é boa, porém, paliativa. Esperamos que a partir disso, o governo atenda outras de nossas reivindicações, como a redução de jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário, a regulamentação da negociação no setor público, até o mês de abril para que possamos apresentar no 1º de maio", declarou Vagner Freitas, presidente da CUT.

Além da isenção para quem ganha até 6 mil, a nova regra traz uma escala de incidência do IR para valores superiores: entre R\$ 6.000,01 e R\$ 9 mil, o desconto será de 7,5%; de R\$ 9.000,01 a R\$ 12 mil, será de 15%, e de R\$ 12.000,01 a R\$ 15 mil, 22,5%. Para valores acima de R\$ 15 mil, a incidência será de 27,5%.

Essa conquista é resultado de mais de um ano de mobilização de diversas categorias e das negociações da CUT e das demais centrais sindicais com o Governo Federal. Em outubro de 2011, foi iniciada uma campanha, que contou com um abaixo-assinado que recolheu mais de 220 mil assinaturas pedindo a alteração da Lei nº 10.101.

No dia 30 de novembro de 2011, cerca de 10 mil trabalhadores ocuparam a Via Anchieta, no ABC paulista, com uma manifestação pelo fim do IR sobre a PLR. Um mês depois, os sindicalistas foram a Brasília entregar oficialmente o abaixo-assinado da campanha.